

SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Flávia Elso Leão¹

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aline Cardoso Siqueira
Centro Universitário Franciscano

Introdução:

A violação dos direitos da criança por ser presente na sociedade, acaba sendo recorrente na prática profissional cotidiana de profissionais da educação, exigindo um manejo e encaminhamento da mesma. Para isso, necessita-se ética para seu enfrentamento e a escolha das melhores estratégias preventivas para seu controle. Nesse contexto, torna-se fundamental também discutir a bioética atrelada à concepção de violação dos direitos das crianças e adolescentes na medida em que a escola e seus atores institucionais possuem responsabilidade de proteção a este público. Dessa forma, o objetivo desse estudo é investigar junto a professores e orientadores de escolas públicas da cidade de Santa Maria-RS o seu manejo e implicação quanto ao enfrentamento de situações de violação dos direitos da criança e do adolescente.

Metodologia:

Delineamento: Estudo transversal e qualitativo.

Participantes: 16 professores e 4 Orientadores Educacionais de escolas públicas de Santa Maria/RS.

Instrumentos: Questionário biosociodemográfico, juntamente com a aplicação de situações-problema expressado por meio de Dilemas sobre Atuação Profissional mediante Casos de Violência (adaptado de KOLLER, 2010).

Todas as considerações éticas no que tange a pesquisas com seres humanos estão contempladas.

Principais Resultados e Análise:

Foram apresentados nove situações-problema com Dilemas Éticos sobre Atuação Profissional mediante Casos de Violência, como violência física, sexual, comportamento da vítimas, entre outros. Foi solicitado aos participantes o seu posicionamento frente à violação dos direitos. Diante das respostas dos profissionais da educação, pode-se perceber que, a maioria, **compreendeu bem os casos propostos e mencionou ações adequadas para a resolução do problema**, como acionar o Conselho Tutelar, socializar o problema com a direção da escola, pais ou cuidadores.

Por outro lado, existe uma parte dos profissionais da educação que não relatou manejos adequados, não compreendeu a situação-problema ou trouxe histórias de seu dia-a-dia que não contribuíram para o entendimento da situação.

Outro aspecto encontrado nas respostas refere-se à **dificuldade de realizar as notificação da violência**, apresentando impasse na realização da notificação, dilemas e preocupando-se com as possíveis consequências futuras de uma intervenção. ASSIS (1991) ressalta que nem sempre há denúncia, devido ao medo que o profissional tem se envolver em "conflitos particulares", de represálias, também existindo por parte do professor, o não-conhecimento do seu papel no problema. Logo, a intervenção é obrigatória de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como referido no Art. 245 que submete ao professor a devida responsabilidade da denúncia. No entanto, se faz importante pensar sobre essas questões, já que, a escola é considerada um espaço de prevenção e proteção dos seus alunos (VAGOSTELLO, 2003).

Considerações Finais:

Foi possível identificar as dificuldades e a forma que profissionais da educação enfrentam casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes e sua implicação na problemática da violência doméstica, entre elas a violência sexual, a violência física. Destaca-se o dado encontrado de que grande parte dos profissionais entrevistados apresentaram manejo dos casos adequado. Chamou a atenção a necessidade de alguns professores de expor suas experiências pessoais e profissionais, não respondendo ao solicitados pela pesquisa. Para isso, sugere-se que o tema da violência, seja ela doméstica ou comunitária, seja pauta constante nos centros acadêmicos de formação de docentes e nos próprios campos de atuação, possibilitando trocas e oportunizando aos professores a (re)interpretação da realidade. Além disso, políticas públicas que privilegiem a formação de espaços de informação e esclarecimento para uma maior constituição da sua profissão são necessárias.

Referências

ASSIS, S. G. **Quando crescer é um desafio social: estudo sócio-epidemiológico sobre violência em escolares de Duque de Caxias, Rio de Janeiro**. 1991. Dissertação - Escola de Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1991.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

KOLLER, S. H. **Avaliação de uma Tecnologia Social Aplicada para a Capacitação de Profissionais da Área da Educação, Saúde e da Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes sobre Direitos, Violência e Mediação de Conflitos**. Projeto de Pesquisa não-publicado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

VAGOSTELLO, L.; OLIVEIRA, A.S.; SILVA, A.M.; DONOFRIO, V.; MORENO, T.C.M. **Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo**. *Paidéia*, São Paulo, v.23, n.26, 2003.

E-mail de contato: flavia.el@hotmail.com